



CÂMARA MUNICIPAL DE BOM DESPACHO

Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final



PARECER AO PROJETO DE LEI N.º 77/2025

Relatório

O Projeto de Lei nº 77/2025 proposto pelo Chefe do Poder Executivo dispõe sobre a alteração de dispositivos da Lei Municipal nº 2352/13, que versa sobre a criação da carreira do cargo de Gestor Público Municipal e dá outras providências.

Consta na justificativa que a proposição permitirá que os servidores possam exercer outras atividades remuneradas, desde que haja compatibilidade de horário, não tenha conflito de interesse e nem comprometam a eficiência do serviço público. Busca também atribuir a Secretaria de Administração a competência para gerir a política de pessoal, de forma a harmonizar a Lei Municipal nº 2352/13 com a Lei Complementar nº 25/2013.

Os autos são compostos até o momento pelo Of. nº 0196/2025/GPFA do Chefe do Poder Executivo (fls. 02/03) informando do que se trata a propositura, do Projeto de Lei nº 77/2025 (fls. 04), despacho inicial do Presidente da Câmara (fls. 05/06).

É o essencial a relatar.

Fundamentação

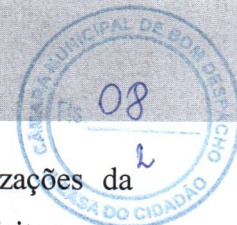
Constitucionalidade e legalidade

O Projeto de Lei nº 77/2025 trata de assunto de interesse local, na medida que altera disposições sobre cargo público do quadro funcional do Poder Executivo. Desta forma, cabe ao Município legislar sobre a matéria amparado pelo art. 30, inc. I da Constituição Federal de 1988 (CF/88), e pelo art. 70, X e XII, da Lei Orgânica Municipal (LOM).

Sobre a iniciativa da proposição, o art. 74, inc. II, alíneas “c” e “d” da LOM estabelece a competência privativa do Prefeito Municipal para apresentação do projeto em epígrafe. Logo, não há vício de iniciativa.

O Poder Executivo, assim como os demais poderes (Legislativo e Judiciário), possui autonomia para organizar sua própria estrutura administrativa, incluindo a gestão de seus recursos humanos. Isso decorre do princípio da separação dos poderes (art. 2º da CF/88) e da possibilidade de cada poder elaborar sua proposta orçamentária e gerir seus quadros funcionais.

O Projeto de Lei apresentado resolve uma anomalia jurídica ao atribuir a Secretaria de Administração a competência para gerir a política de pessoal, de forma a harmonizar a Lei Municipal nº 2352/13 com a Lei Complementar nº 25/2013.



Em relação a cessão de servidor para outros órgãos públicos ou organizações da sociedade civil, tenho que deve haver anuência do servidor, sendo um dos requisitos para validade do acordo a ser firmando. Outrossim, aplica-se o princípio da simetria que permeia o direito administrativo, onde União e Estado regulamentam que a cessão a essas pessoas jurídicas deve ser consentida pelo servidor, senão vejamos:

Lei Federal nº 8.112/90

Art. 93. O servidor poderá ser cedido para ter exercício em outro órgão ou entidade dos Poderes da União, dos Estados, ou do Distrito Federal e dos Municípios, nas seguintes hipóteses:

- I - para exercício de cargo em comissão ou função de confiança;
- II - em casos previstos em leis específicas.

Decreto Federal nº 10.835/21

Art. 3º A cessão é o ato pelo qual o agente público, sem suspensão ou interrupção do vínculo funcional com o órgão ou a entidade de origem, passa a ter exercício em outro órgão ou outra entidade.

§ 1º Exceto se houver disposição legal em contrário, a cessão somente poderá ocorrer para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança.

§ 2º **Não haverá cessão sem:**

- I - o pedido do cessionário;
- II - a concordância do cedente; e
- III - **a concordância do agente público.**

Constituição do Estado de Minas Gerais

Art. 14 - Administração pública direta é a que compete a órgão de qualquer dos Poderes do Estado.

§ 1º - Administração pública indireta é a que compete:

- I - à autarquia, de serviço ou territorial;
 - II - à sociedade de economia mista;
 - III - à empresa pública;
 - IV - à fundação pública;
 - V - às demais entidades de direito privado, sob controle direto ou indireto do Estado.
- (..)

§ 13 - A transferência ou cessão, onerosa ou gratuita, de pessoal efetivo ou estável para entidade não mencionada no § 1º deste artigo fica **condicionada à anuência do servidor.**

Neste sentido, apresento emenda para adequar o texto da proposição a fim condicionar a cessão a outros órgãos públicos ou organizações da sociedade civil a anuência do servidor.

Quanto a alteração a ser promovida no art.30 da Lei Municipal nº 2352/13 para retirada da exclusividade no serviço público, a mesma mostra-se razoável e aliada ao interesse público, uma vez que permite ao servidor público efetivo exercer outras atividades profissionais, mas deve atentar-se estritamente à legislação para garantir que não haja sobreposição de cargos



CÂMARA MUNICIPAL DE BOM DESPACHO

Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final



públicos fora das exceções constitucionais, conflito de interesses ou quebra do dever de dedicação ao serviço público, especialmente no que tange à compatibilidade de horários.

Por fim, a meu ver, a proposição se mostra constitucional e legal, necessitando apenas de adequação ao princípio da simetria, pelo que promovo a emenda anexa.

Redação Final

Em relação a Redação Final, o texto se mostra adequado e em conformidade com a Lei Complementar Federal nº 95/98, sem necessidade de emendas de redação.

Conclusão

Ante o exposto, nos termos do art. 88, I do Regimento Interno da Câmara Municipal de Bom Despacho, entendo que o Projeto de Lei nº 77/2025 é constitucional e legal, bem como possui redação adequada, assim como tramita de forma regimental, sendo meu parecer pela sua aprovação nesta Comissão, **com emenda**.

Bom Despacho, 08 de outubro de 2025.

Elton
Elton Claúdio Pimentel Gontijo
Vereador Relator



CÂMARA MUNICIPAL DE BOM DESPACHO

Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final



EMENDA AO PROJETO DE LEI Nº 77/2025 VEREADOR ELTINHO

Apresento as emendas abaixo elencadas ao Projeto de Lei nº 77/2025, com base no Art. 138, inc.I do Regimento Interno, para a apreciação das Comissões e Plenário desta Casa Legislativa.

Emenda nº 1	Tipo: Modificativa (art. 136, III do RI)
Dispositivo alterado:	Art. 1º
Justificativa:	A cessão de servidor para outros órgãos públicos ou organizações da sociedade civil deve ser precedida da anuência do servidor, como ocorre no âmbito da União e Estado, de forma a aplicar o princípio da simetria que permeia o direito administrativo.
Texto do Projeto de Lei	Emenda
Art. 1º Os §§ 2º e 3º do art. 2º da Lei nº 2.352, de 26 de setembro de 2.013, passam a vigorar com as seguintes redações: “§ 2º Compete à Secretaria Municipal de Administração, ouvidas as demais secretarias, estabelecer a lotação dos cargos a que se refere este artigo. § 3º No interesse da administração, a Secretaria Municipal de Administração poderá definir lotação provisória de <u>Técnicos em Gestão Pública Municipal</u> em autarquias, fundações ou empresas públicas e cedê-los para outros órgãos públicos ou para organizações da sociedade civil, mediante convênios, parcerias, termos ou acordos firmados, autorizados por lei municipal, observando-se as normas legais vigentes.”	Art. 1º Os §§ 2º e 3º do art. 2º da Lei nº 2.352, de 26 de setembro de 2.013, passam a vigorar com as seguintes redações: “§ 2º Compete à Secretaria Municipal de Administração, ouvidas as demais secretarias, estabelecer a lotação dos cargos a que se refere este artigo. § 3º No interesse da administração, a Secretaria Municipal de Administração poderá definir lotação provisória de <u>Gestor Público Municipal</u> em autarquias, fundações ou empresas públicas e cedê-los, com anuência do servidor, para outros órgãos públicos ou para organizações da sociedade civil, mediante convênios, parcerias, termos ou acordos firmados, autorizados por lei municipal, observando-se as normas legais vigentes.”


Elton

Elton Claúdio Pimentel Gontijo
Vereador Relator



CÂMARA MUNICIPAL DE BOM DESPACHO
Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final



Projeto de Lei nº 77/2025.
(compilado com emenda do Relator)

Altera dispositivos da Lei nº 2.352/2013, que dispõe sobre a Criação da Carreira de Gestor Público Municipal e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Bom Despacho/MG, no uso de suas atribuições, especialmente o disposto no inciso IV do art. 87, da Lei Orgânica do Município, encaminha o presente Projeto de Lei para posterior tramitação legal nessa Egrégia Casa.

Art. 1º Os §§ 2º e 3º do art. 2º da Lei nº 2.352, de 26 de setembro de 2013, passam a vigorar com as seguintes redações:

“§ 2º Compete à Secretaria Municipal de Administração, ouvidas as demais secretarias, estabelecer a lotação dos cargos a que se refere este artigo.

§ 3º No interesse da administração, a Secretaria Municipal de Administração poderá definir lotação provisória de Gestor Público Municipal em autarquias, fundações ou empresas públicas e cedê-los, com anuência do servidor, para outros órgãos públicos ou para organizações da sociedade civil, mediante convênios, parcerias, termos ou acordos firmados, autorizados por lei municipal, observando-se as normas legais vigentes.”

Art. 2º O art. 30 da Lei nº 2.352, de 26 de setembro de 2013, passa a vigorar com a seguinte redação:

*“Art. 30 A carreira de Gestor Público Municipal é de natureza administrativa e não se constitui em carreira típica de estado.
Parágrafo único. O cargo de Gestor Público Municipal permite ao servidor o exercício de outras atividades profissionais, desde que haja compatibilidade de horários e que essas atividades não interfiram no desempenho de suas funções públicas.”*

Art. 3º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.